

Índice

Trabalhadoras com voz própria	1
Polónia já em andamento pela natalidade.....	2
A escola diferenciada é tão constitucional como a mista	3
“La llamada de la tribu”	4

Trabalhadoras com voz própria

Demonstrar que “ninguém me ganha em feminismo” é a competição na moda entre políticos, sindicatos, celebridades e articulistas. Parece mentira que ainda haja diferenças salariais e telhados de vidro quando toda a gente está contra. Mas, mesmo desconfiando da política de gestos, reconheço ter gostado que o ex-chefe do governo espanhol Mariano Rajoy dedicou duas horas a receber no Palácio da Moncloa as representantes das “Kelly” (“as que limpam”), o grupo de empregadas de quarto de hotéis. Ali estavam elas com as suas camisas verdes da associação que formaram, explicando a Rajoy a precariedade laboral que sofrem e as suas reivindicações.

Segundo [informações](#) recentes (“El Mundo”, 5.4.2018), cada empregada de quarto arranja, em média, entre 20 e 25 quartos por dia, transfere carros pesados com a roupa suja, limpa as zonas comuns, sem tempo para descansar... e tudo isso por um salário que rende menos de 3 euros por quarto.

Estas empregadas queixam-se especialmente de que, após a reforma laboral de 2012, as suas condições laborais pioraram por causa da terceirização do serviço de limpeza em muitos hotéis. Deste modo, passaram a depender de empresas de múltiplos serviços com condições laborais piores do que as previstas no contrato coletivo da hotelaria. Por isso, reclamam que lhes seja aplicado este contrato e que se acabe com as terceirizações abusivas que, em bastantes casos, foram anuladas nos tribunais.

Gosto de ver que estas trabalhadoras tiveram a oportunidade de explicar diretamente a Rajoy uma realidade que pode ficar diluída no diálogo entre políticos e sindicatos. São trabalhadoras que lutam pelos seus direitos com voz própria e que sabem do que falam.

Além do que se possa fazer no plano governamental para melhorar a sua situação, interrogo-me sobre o que poderíamos fazer todos nós, enquanto clientes de hotéis, além de tratar com respeito as empregadas de limpeza que tornam agradável a estadia. Uma tendência na moda nos hotéis dos EUA, favorável ao ambiente e à poupança de custos, é oferecer ao cliente a possibilidade de durante a sua estadia, se for curta, não lhe arranjam o quarto diariamente, nem lhe mudarem todos os dias os lençóis e as toalhas. Alguns clientes pensam que não precisam deste serviço.

Não sei se seria uma ilusão pensar que a poupança de custos poderia servir também para pagar mais às empregadas de limpeza e reduzir a sua carga de trabalho.

O problema é que, se dependem sobretudo de contratos externos, também poderia servir para suprimir postos de trabalho. O que é bom para o ambiente nem sempre equivale a boas práticas laborais, se não existir vontade de as melhorar.

Por isso, há que experimentar a sua própria roupa antes de fazer propostas em territórios alheios. Caso contrário, pode acontecer o que sucedeu a 16 atrizes (Sarah Jessica Parker, Natalie Portman, Jane Fonda, Reese Witherspoon, entre outras) que escreveram [uma carta](#) ao governador de Nova Iorque, o democrata Mario Cuomo, pedindo que seja aumentado o salário mínimo dos empregados a trabalhar nos

restaurantes de Nova Iorque, que dependem em parte das gratificações.

Nova Iorque permite um salário base abaixo do mínimo em trabalhos como os de empregado de quarto de hotel, ou de restaurante, ou ainda de *barman*, onde as gratificações fazem parte da remuneração.

A carta das atrizes afirma que 70 % dos trabalhadores desse setor são mulheres e que o sistema salarial atual “está ligado a mais elevadas taxas de assédio sexual no setor dos restaurantes e impede milhares de trabalhadoras de conseguir uma segurança económica”.

Sem dúvida, a carta é movida pelas melhores intenções, dentro do estilo de *celebrities* preocupadas com a situação das suas “irmãs” trabalhadoras. Mas não parece que todas estas tenham ficado contentes com a intervenção ocorrida. Não se deve esquecer que, diversamente de outros países, nos EUA, as gratificações aos empregados dos restaurantes fazem parte dos costumes vigentes e, às vezes, até integram a fatura.

A carta das atrizes foi respondida por 500 empregados e empregadas da organização Restaurant Workers of America [numa carta](#) onde afirmam: “Agradecemos a sua preocupação, mas não necessitamos da sua ajuda nem pedimos para ser salvos”.

Esclarecem as atrizes que “estão enganadas se pensam que [as empregadas] ganham menos do que o salário mínimo ou que são vítimas indefesas de assédio sexual”. Não cabe às atrizes determinar como devem ser pagas as empregadas. “Somos pagas com base nas nossas vendas e serviço; temos um salário mínimo e as gratificações permitem-nos ganhar bastante mais do que isso”.

Sobre o assédio sexual, dizem que “o mau comportamento acontece em todos os setores”, como bem deveriam saber as celebridades de Hollywood. Não negam que haja trabalhadoras que tenham sofrido injustiças no setor dos restaurantes. Mas consideram que isto não é consequência do sistema de gratificações, um sistema que defendem, porque “nos dá a oportunidade de ganhar mais dinheiro sem necessidade de trabalhar em dia de trabalho completo”.

Na sua ânsia de ver por todo o lado mulheres exploradas, a síndrome do feminismo salvador expõe-se a suscitar reações deste tipo. Mais vale escutar as palavras de grupos concretos que, como as empregadas de limpeza e as de quartos de hotel ou de restaurante, falam com voz própria.

I. A.

Polónia já em andamento pela natalidade

Enquanto em vários países os políticos se lançam em discussões sobre quem mais tem atacado os reformados e quem possui a varinha mágica para [garantir as pensões de 2050](#) (“Aceprensa”, 17.4.2018), os polacos não perderam o seu tempo nisso: como para que haja pensões tem de haver... pessoas, o seu governo concedeu consideráveis ajudas monetárias à maternidade, concretamente, a quem tenha mais de um filho.

A medida do governo conservador é um programa que foi denominado 500+, em vigor desde 2016, e contempla a entrega às famílias de 500 zlotys (115 euros) mensais pelo segundo filho – e pelo terceiro, e pelo quarto, e pelos que vierem –, uma ajuda que se alarga até que a criança atinja 18 anos.

Decorrido algum tempo, um exame da implementação da medida revela que pelo menos o objetivo primário – aumentar a natalidade – foi sendo conseguido: se na primeira metade de 2016 nasceram 185 000 bebés no país eslavo, em igual período do ano seguinte, já foram 200 000. Somente em janeiro de 2017, viram a luz do dia 2300 bebés, 10 % mais do que no mesmo mês do ano anterior.

Até começar a ser aplicado o 500+, só as famílias com rendimentos abaixo de 574 zlotys (137 euros) tinham direito a receber subsídio. Agora, todas as que tiverem mais de um filho recebem-no – assim como as que têm somente um, mas com rendimentos inferiores a 182 euros –, independentemente do seu estatuto económico. E como a falta de honradez é assunto de várias latitudes, foi implementado um sistema de monitoramento para impedir que algumas famílias façam um mau uso do dinheiro, para o que se prevê que, em caso de infração, se lhes suspendam os pagamentos ou se mudem para entregas em espécie.

Para se ter uma ideia da dimensão da ajuda, pode-se referir que esses 115 euros significam quase 40 % do salário mínimo polaco. Evidentemente que não chegam para que a família adquira o ansiado Mercedes, mas contribuem para esbater as suas dificuldades económicas.

De facto, em inúmeros casos sim, estão a ser decisivos na luta contra a pobreza infantil. Uma análise do Banco Mundial ilustra-o com um gráfico: para uma família monoparental com dois filhos, a antiga ajuda estatal por estes – pouco menos de 500 zlotys entre ambos –, situava-se abaixo da linha de pobreza extrema, que era de 1100 zlotys, enquanto agora os rendimentos familiares vão até aos 1600 zlotys.

Como resultado, segundo a análise, a redução da pobreza infantil foi espetacular. Se no momento da introdução do programa, os menores afetados pela pobreza extrema eram 11,9 % da população da sua faixa etária, considera-se que o número foi reduzido até os 2,8 %.

Com tão boas notícias, poderá surgir alguma discordância? Parece que sim, e há pessoas que revelam desânimo: se o Estado garante o pão, para quê ir trabalhar, pensam alguns. Com apenas 4 % de desemprego, o país ex-comunista necessita de braços e de cérebros colocados ao trabalho, e alguns já notam um certo efeito perverso na ajuda.

Jacek Padee é um jovem ex-diplomata residente em Varsóvia, que herdou uma empresa de seu pai e hoje dedica-se em pleno a ela. Brevemente terá o seu segundo filho, mas confessa que não lhe fazem falta os 115 euros que lhe irá enviar o Ministério da Família e da Segurança Social, pelo que os vai destinar a alguma ONG.

“O programa é, sem dúvida, o maior sucesso do governo atual, e é em grande parte graças a ele, que mantém um apoio significativo”, conta-nos. “Pesa muito no orçamento da Polónia, mas parece ser sustentável, graças à excelente situação económica, embora considere que a verdadeira prova dos nove virá quando o ciclo se reverter”.

Observa nele, igualmente, benefícios claros: “Primeiro, está a criar uma pressão sobre os empregadores para aumentarem os salários, e isso favorece toda a sociedade e, em segundo lugar, eliminou praticamente a pobreza nas famílias com muitas crianças”.

“Mas, tem dois aspetos negativos, na minha opinião. Para começar, limita a possibilidade de introduzir outros programas mais necessários, que beneficiem, por exemplo, as famílias com crianças deficientes. Estas recebem muito pouco apoio do Estado, o que não vai ser alterado, porque não haverá mais dinheiro no orçamento”.

“Além disso”, prossegue, “o programa complica a situação económica das mulheres a mais longo prazo, pois está a criar incentivos para que saiam do mercado laboral, e quando passarem 20 anos e os seus filhos crescerem, ser-lhes-á difícil regressar, o que afetará a sua reforma e irá torná-las ainda mais dependentes dos seus maridos”.

Segundo nos conta Padee, entre 300 000 e 500 000 mulheres abandonaram o seu trabalho devido à implementação do 500+.

Se o programa é ou não sustentável não é claro, embora, comentou o jovem empresário, “mais valia” que o fosse, pois algumas fontes falam de uma verdadeira revolução social se algum governo se atrevesse a acabar com ele. Mas talvez o germe do seu eventual desaparecimento não esteja na vontade de um partido que chegue ao poder, mas na inviabilidade de entregar dinheiro a quem dele precisa e a quem não precise.

“Isto leva-nos a um aspeto ético do programa: são beneficiadas muitas famílias ricas e de classe média. Por exemplo, tenho um amigo que ganha 10 000 euros por mês, com 4 filhos e recebe 1500 zlotys do Estado. Mas também temos uma amiga que é mãe solteira, ganha 800 euros e não recebe

nada, porque está acima do nível de rendimentos previsto para receber apoio pelo seu primeiro filho”.

Padee faz as contas: mantendo durante 10 anos este nível de ajudas – calcula-se que o programa custe uns 4000 milhões de euros por ano –, o custo de cada criança adicional envolve para os cofres públicos uns 200 000 euros. “Parece-me bastante elevado”, diz.

Certamente que várias das suas observações deveriam ser tidas em conta, e já alguns as terão feito notar em Varsóvia. De momento, no entanto, o facto é que já têm aumentado os nascimentos. Entretanto, poderão ser ajustados alguns pormenores, alterar um pouco o rumo, parar com alguma coisa. Mas o importante é que os polacos puseram o comboio em andamento.

L. L.

A escola diferenciada é tão constitucional como a mista

O Tribunal Constitucional (TC) espanhol publicou o texto da sentença, [anunciada a 10 de abril](#), sobre as escolas de ensino diferenciado. Por oito votos contra quatro, negou provimento ao recurso apresentado pelo grupo parlamentar socialista do Congresso dos Deputados contra este e outros pontos da LOMCE (Lei Orgânica 8/2013, para a melhoria da qualidade educativa). Extraímos dela os principais argumentos dos magistrados.

Uma opção pedagógica. O ensino diferenciado é um “sistema meramente instrumental e de carácter pedagógico, fundado na ideia de otimizar as potencialidades próprias de cada um dos sexos”. O recurso dos deputados socialistas atribuía a esta opção pedagógica uma intenção de aplicar uma certa ideologia que não reconhece a igualdade de mulheres e homens; mas, afirma o TC, a lei “exclui em princípio que a implantação do modelo possa responder a outro tipo de motivações alheias às educativas”.

Apoiada por tratados internacionais. A legitimidade do ensino diferenciado é reconhecida na Convenção da UNESCO contra a discriminação no ensino (1960). A Convenção da ONU para a eliminação da discriminação contra a mulher (1979) insta os Estados a estimular o ensino misto, mas não o impõe e “não proíbe a existência de outros modelos educativos”, anota o TC.

Admitida noutros países. As escolas não mistas são admitidas noutros países da UE, como Reino Unido, França ou Alemanha. Nesta, a sentença menciona outra do TC federal alemão, de 1995, que proíbe “conceder um tratamento desfavorável às escolas privadas” de ensino diferenciado.

Protegida pela liberdade de ensino. A Constituição Espanhola protege, pela liberdade de ensino, “qualquer modelo educativo que tenha por objeto o pleno desenvolvimento da personalidade humana” e o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. Optar pelo ensino diferenciado “faz parte do direito ao ideário ou caráter do centro escolar” que o adota.

Pode receber ajudas públicas. Concluindo, “os centros escolares de ensino diferenciado poderão aceder ao sistema de financiamento público em igualdade com os outros centros educativos”. As condições exigidas serão as definidas pela lei, “mas sem que o caráter do centro como centro de ensino diferenciado possa emergir como obstáculo para o acesso”.

Para saber mais: “Los argumentos del Constitucional español sobre la educación diferenciada” (Salvador Bernal em “Aceprensa”, 23.4.2018).

“La llamada de la tribu”

Autor: Mario Vargas Llosa
Alfaguara. Barcelona (2018)
311 págs.

Por vezes, é árduo, especialmente na juventude, superar a atração das ideologias quiméricas prescritas pelos meios de comunicação para erradicar a miséria ou a injustiça, e augurando prosperidade e liberdade. Mais difícil foi-o nos anos 60 do século XX, quando, em parte pela habilidade de propaganda do bloco soviético e, em parte, pelas suas intimidades com a *intelligentsia* ocidental, a oferta comunista emergiu alternativa mais decente que a pusilânime democracia liberal.

[Mario Vargas Llosa](#) teve também que se curar do fascínio que exerceram sobre ele os sonhos marxistas. “La llamada de la tribu” revela os remédios intelectuais que o ajudaram a moderar a sua conceção política e os ícones que mitigaram o seu radicalismo. E recorda que um dos mais eficazes antídotos contra a conspiração totalitária – a de ontem, mas também a que hoje se difunde sob a etiqueta populista ou nacionalista – é familiarizar-se com a tradição liberal e tomar consciência de que todo o projeto utópico, toda a política maximalista, todo o coletivismo, ameaça a liberdade humana e trava o progresso.

O Prémio Nobel peruano apresenta uma pessoalíssima galeria de pensadores, entrelaçando a apresentação das ideias, por vezes, demasiado literal, de Adam Smith, José Ortega y Gasset, Friedrich Hayek, Karl Popper, Isaiah Berlin, Raymond Aron e Jean-François Revel com as suas respetivas trajetórias de vida. Presta, assim, uma afetuosa homenagem aos que o “despertaram dos seus sonhos dogmáticos”, para empregar a expressão kantiana e, a partir dos princípios destilados do escrupuloso e assíduo estudo das suas teses, elabora uma espécie de apologia do liberalismo para o novo século.

Não pretende ser inovador nem original. Mas não é irrelevante a relevância da liberdade e dos direitos individuais, as garantias do Estado de Direito, as vantagens da democracia representativa e dos benefícios – coletivos e individuais, sociais, económicos e culturais – do mercado livre e da livre concorrência. Os ídolos destas páginas ensinam que o progresso da humanidade exige reconhecer esses princípios; renunciar a eles, reitera Vargas Llosa, far-nos-ia regressar ao tribalismo.

A admiração que o escritor peruano sente por estes “colossos” não o impede de discutir a obra deles ou reconhecer os seus deslizes teóricos. Mas também ele padece de contradições. A versão do liberalismo apresentada reduz a complexidade da filosofia liberal, talvez pela intenção divulgadora do ensaio, e parece julgar legítimo só o que se iniciou com o Iluminismo. Vargas Llosa é um anticlerical pertinaz e receia a religião, o que o afasta da maioria dos autores nos quais se inspira.

Além disso, associa liberalismo e relativismo, e nega a compatibilidade entre a tradição liberal e o conservadorismo, apesar de reconhecer e valorizar algumas correções intervencionistas. Mas nem o liberalismo é uma “invenção do século XVIII”, nem exige renunciar às convicções; muito menos é justo esquecer a sua diversidade. Este livro pode ser interessante, no entanto, para os que desejem introduzir-se numa rica corrente filosófica através de um ilustre elenco de autores.

J. C.

